

AS POLÍTICAS PÚBLICAS FRENTE A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)



Gustavo Biscaia de Lacerda
(Organizador)

As Políticas Públicas frente a Transformação da Sociedade

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Rafael Sandrini Filho
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
P769	As políticas públicas frente a transformação da sociedade [recurso eletrônico] / Organizador Gustavo Biscaia de Lacerda. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-528-0 DOI 10.22533/at.ed.280190907 1. Brasil – Política e governo. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Sociedade. I. Lacerda, Gustavo Biscaia de. CDD 320.981
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

“A sociedade em transformação”: à primeira vista, essa frase pode parecer uma redundância, na medida em que, por definição, todas as sociedades estão sempre mudando, seja por meio da sucessão das gerações, seja por meio de inovações (intencionais ou não, grandes ou pequenas), seja por meio de mudanças ambientais. Nesse sentido, há 25 séculos, Aristóteles formalizava a concepção grega de que, em contraposição à orbe celeste – imutável, perfeita e incorruptível –, o mundo sublunar caracteriza-se pela corruptibilidade e pelas constantes mudanças.

Ora, o sentido específico da presente afirmação da “transformação da sociedade” consiste nos fatos de que as sociedades contemporâneas vivem as mudanças conscientemente; de que as mudanças sucedem-se com grande rapidez e de que – e isto é o mais importante para nós – desejamos ativamente as mudanças. É na busca ativa das mudanças sociais que as políticas públicas assumem um caráter especial, na medida em que é graças à ação coordenada do Estado com e sobre a sociedade que se pode implementar, de maneira razoavelmente racional, planejada e sujeita ao permanente escrutínio público, todo um conjunto de medidas que visam a melhorar o bem-estar social, bem como o equilíbrio ambiental.

Nesses termos, o presente livro reúne 31 artigos que abordam de diferentes maneiras seja a organização do Estado com vistas à execução de políticas públicas, sejam aspectos de variadas políticas públicas específicas, sejam problemas relacionados à atuação de agentes jurídicos com vistas à imposição de políticas públicas.

Espelhando a variedade de temas, os autores dessa trintena de artigos têm as mais variadas formações acadêmicas e políticas, que vão desde a Sociologia até a Medicina, desde a Fisioterapia até a Gestão de Políticas Públicas, desde o Serviço Social até o Direito, sem deixar de lado as modalidades de interdisciplinaridade que consistem em ter uma formação inicial em uma área e realizar pesquisas pós-graduadas em outras áreas. Igualmente, a titulação desses pesquisadores é variada, passando por estudantes de graduação e chegando a doutores e a pesquisadores com pesquisas pós-doutorais.

De qualquer maneira, acima dessa variedade temática, disciplinar e profissional – que, em todo caso, apenas realça a qualidade do presente livro –, está o fato de que os autores evidenciam todos o compromisso intelectual e também político com o aperfeiçoamento das instituições públicas que visam ao bem-estar social, em suas mais diversas manifestações. Ler os artigos seguintes é aprender a diversidade de possibilidades de realizar a “transformação social” – e, bem entendido, de realizar essa transformação para melhor.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A AUTONOMIA FINANCEIRA CONDICIONADA DA FEDERAÇÃO BRASILEIRA	
Bruna Lietz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909071	
CAPÍTULO 2	13
ATORES, INSTITUIÇÕES E O DESENHO ORIGINAL DO REGIME DE BEM-ESTAR BRASILEIRO	
Oleg Abramov	
DOI 10.22533/at.ed.2801909072	
CAPÍTULO 3	31
O DESAFIO DA LAICIDADE DIANTE DO FUNDAMENTALISMO RELIGIOSO NUMA SOCIEDADE MULTICULTURAL E PLURALISTA: PERSPECTIVAS, INTERLOCUÇÕES E DIÁLOGOS	
Celso Gabatz	
DOI 10.22533/at.ed.2801909073	
CAPÍTULO 4	43
MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS E HERMENÊUTICA DIATÓPICA: DIREITOS HUMANOS NA SOCIEDADE GLOBAL EM REDE	
Guilherme Pittaluga Hoffmeister	
Karen Emilia Antoniazzi Wolf	
DOI 10.22533/at.ed.2801909074	
CAPÍTULO 5	55
AS INOVAÇÕES TRAZIDAS ATRAVÉS DO ACORDO TRIPS EM RELAÇÃO ÀS PATENTES DE MEDICAMENTOS E O ÓBICE AO ACESSO A FÁRMACOS	
Daiana Cristina Cardoso Pinheiro Machado	
Tamara Lemos Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.2801909075	
CAPÍTULO 6	66
GEIROSC - GRUPO DE ESTUDOS SOBRE IMIGRAÇÕES PARA A REGIÃO OESTE DE SANTA CATARINA : APOIO E ATENDIMENTO AO IMIGRANTE	
Sandra de Avila Farias Bordignon	
Deisemara Turatti Langoski	
DOI 10.22533/at.ed.2801909076	
CAPÍTULO 7	81
A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”	
Roseli Bregantin Barbosa	
Maria Tarcisa Silva Bega	
DOI 10.22533/at.ed.2801909077	
CAPÍTULO 8	91
A ESCRAVIDÃO NO SÉCULO XXI E SEUS REFLEXOS SOBRE A SOCIEDADE E OS MEIOS DE PRODUÇÃO: BRASIL, EUA E CUBA	
Michele Lins Aracaty e Silva	
Fábio Augusto de Cristo Batista	
DOI 10.22533/at.ed.2801909078	

CAPÍTULO 9	113
O NOVO CENÁRIO SINDICAL E AS GARANTIAS DE DIREITOS DOS TRABALHADORES	
Nathália Gonçalves Zapparoli	
DOI 10.22533/at.ed.2801909079	
CAPÍTULO 10	126
DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E OS IMPACTOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (2016)	
Talismara Guilherme Molina	
Hélio Alexandre da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090710	
CAPÍTULO 11	138
POLÍTICA PÚBLICA NA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): CONSIDERANDO A DISTRIBUIÇÃO DE RECURSO DO POSTO DE ATENDIMENTO DA CRESOL DE LAURO MÜLLER (SC)	
Edivaldo Lubavem Pereira	
Eduardo Gonzaga Bett	
Walquiria Guedert Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090711	
CAPÍTULO 12	155
AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS NO BRASIL	
Cássius Dunck Dalosto	
João Augusto Dunck Dalosto	
Celso Lucas Fernandes Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.28019090712	
CAPÍTULO 13	167
POLÍTICA HABITACIONAL E O PROCESSO DE EXPANSÃO URBANA NA CIDADE DE TERESINA-PI E SUAS TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS	
Erick Oliveira Silva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090713	
CAPÍTULO 14	179
O PROGRAMA ESCOLA E MUSEU COMO UMA POLÍTICA DE FORMAÇÃO CULTURAL NO ÂMBITO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO (SME/RJ)	
Priscila Matos Resinentti	
Cristina Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.28019090714	
CAPÍTULO 15	190
A DESIGUALDADE DE GÊNERO QUE REFLETE NO ENCARCERAMENTO FEMININO BRASILEIRO	
Josiane Pantoja Ferreira	
Maria Helena de Paula Frota	
DOI 10.22533/at.ed.28019090715	
CAPÍTULO 16	200
ATUAÇÃO DAS MULHERES EM CARGO DE LIDERANÇA EM UMA INSTITUIÇÃO PÚBLICA DE ENSINO	
Priscila Terezinha Aparecida Machado	
DOI 10.22533/at.ed.28019090716	

CAPÍTULO 17	220
AZUL OU ROSA NÃO ME DEFINEM: UMA ANÁLISE DO ACESSO A EDUCAÇÃO SEGUNDO A IDENTIDADE DE GÊNERO	
Gabriel Andrades dos Santos João Felipe Lehmen	
DOI 10.22533/at.ed.28019090717	
CAPÍTULO 18	232
O DESRESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS E SUAS POSSÍVEIS RELAÇÕES COM OUTRAS FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DE VIOLÊNCIA HUMANA: UM OLHAR SOB O FOCO DA POLÍTICA PÚBLICA PROTETIVA DOS ANIMAIS	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090718	
CAPÍTULO 19	263
POLÍTICAS PÚBLICAS PROTETIVAS DA INTEGRIDADE FÍSICA E PSÍQUICA DOS ANIMAIS NÃO HUMANOS: UMA REFLEXÃO NO ÂMBITO MUNICIPAL	
Nilsen Aparecida Vieira Marcondes	
DOI 10.22533/at.ed.28019090719	
CAPÍTULO 20	287
TRANSFORMAÇÕES NOS HÁBITOS DE CONSUMO DA JUVENTUDE RURAL: ESTUDO DE CASO DO MUNICÍPIO DE CANGUÇU/RS	
Silvana de Matos Bandeira Éder Jardel da Silva Dutra	
DOI 10.22533/at.ed.28019090729	
CAPÍTULO 21	300
AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS DO MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA	
Cibele Araújo da Silva Ramona Marcelle dos Santos Lavouras Vanessa Cristina dos Santos Saraiva	
DOI 10.22533/at.ed.28019090721	
CAPÍTULO 22	311
HUMANIZAÇÃO NOS PRESÍDIOS: ESTUDO SOBRE GESTÃO SOLIDÁRIA	
João Luiz Mendonça dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090722	
CAPÍTULO 23	322
DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO: UMA PREMISSE DO <i>FREEDOM OF INFORMATION ACT</i> (FOIA) NORTE-AMERICANO	
Andressa Sloniec Gerson De Rodrigues	
DOI 10.22533/at.ed.28019090723	

CAPÍTULO 24 335

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL E SUA COMPLEXIDADE: UM ESTUDO DA INCORPORAÇÃO DA RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL NAS EMPRESAS E DA PERCEPÇÃO TÉCNICA JURÍDICO-AMBIENTAL NO BRASIL

Marco Antônio Pontes Aires
Isabel Christine Silva De Gregori

DOI 10.22533/at.ed.28019090724

CAPÍTULO 25 349

EFETIVAÇÃO DO CONHECIMENTO ACERCA DOS DIREITOS DOS USUÁRIOS DO SUS

Davi Alves Moura
Erivalda Maria Ferreira Lopes
Francisca Adelanina Paulino da Silva
Lisley Medeiros Garcia
Rosa Camila Gomes Paiva
Sandra Fernandes Pereira de Melo

DOI 10.22533/at.ed.28019090725

CAPÍTULO 26 353

A EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE NOS CRIMES DE SONEGAÇÃO FISCAL: UMA ABORDAGEM GARANTISTA

Alessandra Knoll
Luiz Henrique Urquhart Cademartori

DOI 10.22533/at.ed.28019090726

CAPÍTULO 27 365

A METÁFORA DA CAÇA ÀS BRUXAS E SUAS REPRESENTAÇÕES: UMA ANÁLISE DA MEDIDA DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES NA EXPOSIÇÃO DO DISCURSO JURÍDICO

Bianca Larissa Soares de Jesus Roso
Priscila Cardoso Werner

DOI 10.22533/at.ed.28019090727

CAPÍTULO 28 380

UMA VISÃO PARTICIPATIVA NA ABORDAGEM DAS DEMANDAS SOCIAIS NOS CURSOS JURÍDICOS COMO CONDIÇÃO ESSENCIAL DE CIDADANIA

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra
Maria Paula da Rosa Ferreira
Thomaz Delgado de David
João Antônio de Menezes Perobelli
Rafaela Bogado Melchioris
Gabriel Dewes Monteiro

DOI 10.22533/at.ed.28019090728

CAPÍTULO 29 392

A AUDIÊNCIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR E A EXPERIÊNCIA “O MP VAI ÀS RUAS”, DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA, EM 2010

Alex Sandro Teixeira da Cruz
André Garcia Alves Cunha

DOI 10.22533/at.ed.28019090729

CAPÍTULO 30	403
O MEDIADOR COMO MEIO MATERIALIZADOR DO EXERCÍCIO DE CIDADANIA E DE HUMANIZAÇÃO DO PROCESSO	
Carolina Portella Pellegrini	
Carolina Mota de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.28019090730	
CAPÍTULO 31	418
NOVAS MÍDIAS, DEMOCRACIA E CIDADANIA: O EMBATE MODERNO DAS NOVAS FORMAS DE COMUNICAÇÃO NO AUXÍLIO DO EXERCÍCIO DA CIDADANIA VS O POSSÍVEL DISTANCIAMENTO DA VIDA PÚBLICA	
Eduardo da Silva Fagundes	
Luiz Henrique Silveira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.28019090731	
SOBRE O ORGANIZADOR	432
ÍNDICE REMISSIVO	433

A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”

Roseli Bregantin Barbosa
Maria Tarcisa Silva Bega

RESUMO: O presente artigo tem base em pesquisa realizada em sede de dissertação de mestrado, desenvolvida em Curitiba/PR, acerca da realidade do jovem classificado como “nem-nem”, e de como estes são tratados na perspectiva das políticas públicas de juventude, trabalho e educação. Foi publicado nos Anais do XV Encontro Nacional da ABET de 2017: Trabalho, crise e desigualdade. A problemática central enfrentada na pesquisa foi a pertinência ou não da subcategoria “nem-nem”- não trabalha, nem estuda e sua convergência na subcategoria “vulnerabilidade social juvenil”. Considerado os indicadores que apontaram que esses jovens são na maioria de família de baixa renda, a hipótese central foi calcada na impossibilidade de um jovem nessa condição sobreviver sem trabalhar, ao menos realizando tarefas domésticas para sua própria manutenção ou para consumo próprio. A metodologia empregada foi a quantiquantitativa, com realização de observação participante, aplicação de questionários e realização de grupo focal. Os resultados levaram à conclusão de que esse jovem trabalha, sim, e estudou em média 8,6 anos, lançando não só o questionamento da pertinência da subcategoria “nem-nem” como

da negação da centralidade do trabalho na vida desses jovens. Consubstanciada a análise com dados sobre a intensificação do trabalho nos países em desenvolvimento concluiu-se que o trabalho continua central, tanto na produção da riqueza, quanto na vida e projetos de futuro dos jovens, mesmo daqueles classificados como “nem-nem”.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Exclusão social; Juventude; Política pública; Trabalho.

1 | INTRODUÇÃO

O presente artigo tem base em pesquisa realizada em sede de dissertação de mestrado acerca da realidade do jovem classificado como “nem-nem”, em Curitiba/PR e de como estes são tratados na perspectiva das políticas públicas de juventude, trabalho e educação. A problemática central enfrentada na pesquisa foi a pertinência ou não da subcategoria “nem-nem”- não trabalha, nem estuda e sua convergência na subcategoria “vulnerabilidade social juvenil”. Os resultados levaram não só ao questionamento da pertinência da subcategoria “nem-nem” como da centralidade do trabalho na vida desses jovens, debate central desse trabalho.

O surgimento do termo “nem-nem” ocorre por importação do termo “ni-ni” impresso por

jovens europeus em manifestações políticas que protestavam contra a precarização das condições de educação (ensino superior, especialmente) e trabalho para jovens. Também é relacionado, no senso comum, às manifestações de jovens nos Estados Unidos, que ficaram conhecidas como “Occupy Wall Street”. Estas também ocorreram em outros países, como o Japão, por exemplo. Mais recentemente é confundido com movimentos de ocupações de escolas, em 2016, ocorridas em todo o Brasil contra as reformas do Ensino Médio. É importante salientar que não se trata da impositivação de um modelo teórico, mas da pura associação fonética e visual.

Na academia, “nem-nem” se apresenta como uma subcategoria de análise da categoria geracional juventude, relacionada à condição de jovens caracterizados pela desfiliação à escola e ao mercado de trabalho. No entanto, as análises realizadas pela pesquisadora, sob a perspectiva das políticas públicas, com base nos dados produzidos na pesquisa demonstram que esse jovem não está inativo, e que o fato de estar desfilado de um ensino não-obrigatório e um mercado de trabalho que não é uma realidade no Brasil, não faz dele um “nem-nem”, mas sim, um desempregado. E esta foi uma das problemáticas que enfrentadas pela pesquisa, que teve como pano de fundo a inclusão desse jovem no Programa de políticas públicas para juventude em Curitiba/PR, Portal do Futuro. Tanto as confusões feitas no senso comum, quanto no senso douro acabam por impor a esses jovens um estigma de jovem que não tem compromisso com seu futuro educacional e profissional, “não quer nada com nada”, é “vadio”. Mais um estigma social sobre a juventude que já foi “transviada”, “violenta” e agora é “vadia”.

O objetivo geral da pesquisa foi o de desconstruir o estigma imposto a essa subcategoria de juventude, enquanto que seus objetivos específicos consistiram em analisar o perfil e as rotinas dos jovens, além da inclusão dos “nem-nem” no Portal do Futuro. Em síntese, a pesquisa quis saber se o jovem “nem-nem”, realmente, encontrava-se inerte (não estudava e não trabalhava), o que ele fazia com o seu tempo e como e ele ocupava o espaço destinado aos jovens nas unidades do Portal do Futuro Boqueirão e Cajuru.

A metodologia de pesquisa utilizada foi a quantiqualitativa, com aplicação de questionários e realização de estudo de caso, entrevistas individuais e reunião de Grupo Focal, além de observação participante no Programa Portal do Futuro em Curitiba/PR.

A hipótese construída apontava que a classificação da subcategoria de juventude era inadequada, esse jovem não pode ser considerado excluído de algo que não está posto no seu meio social. A amostra trabalhada na unidade Boqueirão foi composta por 191 jovens, 17 funcionários e 2 gestores, cerca de 25% dos jovens atendidos no Programa em todo o município de Curitiba. Além dos usuários da unidade Boqueirão, também foram ouvidos funcionários, cinco jovens usuários inscritos e quatro jovens “nem-nem” usuários não-inscritos na unidade Cajuru do Portal do Futuro, o que elevou a amostra total da pesquisa para 211 indivíduos abordados. Ante

a perspectiva das políticas públicas adotada para a análise do tema, fez-se necessária a (des)construção da subcategoria de juventude “nem-nem”. Para tanto a matriz analítica trabalhou com marcos legais de políticas públicas de educação, trabalho e juventude - proibição do trabalho para menor de 16 anos de idade, universalização do Ensino Médio e o Estatuto Nacional de Juventude, além do novo conceito de trabalho, adotado pela Organização Internacional do Trabalho/OIT. Na análise teórica principal o conceito de geração foi debatido para problematizar a expressão “geração nem-nem”, além do conceito de juventude como problema sociológico e social para debater exclusão social juvenil (BARBOSA, 2017).

Dos resultados e das conclusões da pesquisa

Ao final das análises foi possível afirmar que a condição “nem-nem” não é uma nova forma de exclusão social, é uma ficção criada sobre uma condição de vulnerabilidade ou risco social decorrente da desigualdade social estrutural e estruturada na sociedade brasileira. Não se trata de uma condição de inatividade do jovem, este cursou o ensino de oferta obrigatória e realiza trabalhos não remunerados, precários ou em confronto com a lei. Portanto, dizer que esse jovem “nem trabalha, nem estuda” é impróprio e inadequado, pois além de não refletir a sua real condição lhe impõem o estigma de vadio ou desinteressado em seu futuro educacional e profissional. Um jovem de baixa renda não sobrevive na inatividade, no mínimo tarefas domésticas para sua própria manutenção ele é obrigado a realizar. No Brasil, esse jovem classificado como “nem-nem” pertence a família com renda de até 2 salários mínimos e estudou em média 8,6 anos - o que significa que ele tem o Ensino Fundamental, que era o nível máximo de escolaridade cuja oferta era obrigatória em todo o país, até o final de 2016. Logo, ele estuda sim, e trabalha sim. O que não significa que essa parcela da população não mereça a atenção das agendas de políticas públicas brasileiras, pois mais do que qualquer outra necessita do apoio do Estado. Porém, não se trata de uma nova subcategoria analítica da juventude e sim de uma maquiagem de antigas subcategorias de exclusão social. Tratamento epistemológico que cria subcategorias que não condizem com a realidade podem levar a políticas ineficientes.

Concluiu-se que as estruturas socioeconômicas com as quais contam os jovens usuários do Portal que declaram estudar e/ou trabalhar não são iguais às que os jovens “nem-nem” dispõem. O tempo livre do jovem “nem-nem” é preenchido por tarefas domésticas, televisão, internet e por atividades esportivas no Portal do Futuro, os demais jovens ocupam-se principalmente dos estudos. A hipótese que levou em conta a estrutura socioeconômica do jovem como fator de predisposição à condição “nem-nem”, notadamente a baixa renda e ausência de políticas públicas foi confirmada nas análises.

Das falas dos jovens e dos dados colhidos na observação participante fica evidenciada a centralidade do trabalho na vida dos jovens pesquisados, tanto os que

estudam ou trabalham, quanto os “nem-nem”. Todos manifestam de uma forma ou de outra a importância que o trabalho ocupa em sua rotina, quer pelo trabalho que realizam, quer pelo trabalho dos pais, quer pelos planos de futuro nos quais não podem conceber uma vida plena sem trabalho (BARBOSA, 2017).

Para debater esse tema a pesquisadora traz a seguir as principais falas dos entrevistados relativas ao trabalho e ao final realiza um debate teórico sobre a centralidade do trabalho.

2 | A CENTRALIDADE DO TRABALHO E O JOVEM “NEM-NEM”

O debate sobre a centralidade do trabalho nunca foi tão atual e relevante no Brasil quanto nesse momento em que o Brasil de encontra diante de uma Reforma Trabalhista e Previdenciária, e esta última que podendo ser gravemente afetada pela primeira. O ataque jurídico e ideológico aos direitos trabalhistas tem como base um discurso que prega o fim da centralidade do trabalho e a sua flexibilização, quer como fator de produção da mais valia, quer como projeto de vida dos indivíduos. As teses se apoiam na transformação da sociedade contemporânea em uma sociedade livre do trabalho, calcada na informação, na tecnologia e no conhecimento. E a ideia de uma geração que vive sem trabalhar e sem estudar “geração nem-nem” acompanha tais discursos. No entanto, a realidade fática desmente a propaganda ideológica. O trabalho pode tomar novas formas, porém continua sendo central na organização social e na vida dos indivíduos. Considerar trabalho apenas aquele realizado dentro do modelo fordista, que nunca chegou a ser hegemônico no Brasil, não atende aos modelos conceituais reconhecidos internacionalmente na atualidade, que ampliam o conceito de trabalho e reconhecem diversas formas laborais desde as informais até as realizadas para consumo próprio.

Em razão de tratamento epistemológico obsoleto ou inadequado, situações como as de André (entrevistado do Programa Portal do Futuro) inflacionam os números de pesquisas sobre a pseudosubcategoria “nem-nem” e dão uma falsa ideia de inatividade dos jovens. Percebe-se pela conversa desenvolvida com o jovem (via internet) que ele não perde uma oportunidade de divulgar seu trabalho artístico:

Entrevistadora	Entrevistado
Como você é contratado no Portal do Futuro? Você recebe alguma coisa ou é voluntário?	Eu tenho um contrato de Voluntário, apenas. Pode deixar o meu nome artístico na entrevista? Como sou conhecido no Portal?
Sim, sem problemas. Você dá aula com que periodicidade?	As minhas aulas são as terças e quintas às 20h.

Quantos jovens de 15 a 29 anos fazem aula com você?	Com esta faixa etária apenas 2... abaixo deixo o meu site que nele tem meu canal e todos os meus meios de redes sociais, e vou deixar algumas fotos também do meu trabalho, foi muito divertido estar respondendo a sua entrevista, fico lisonjeado por poder estar participando.
---	---

Quadro 01 - Entrevista Com André Jackson (André Sanches)

FONTE: BARBOSA, p. 117, 2017.

André tem o Ensino Médio completo, e diz que gostaria de frequentar um curso superior na área de dança, para aprimorar seu trabalho que atualmente consiste em fazer cover do artista Michael Jackson.

Entrevistadora	Entrevistado
Você faz uso da pista de skate?	Às vezes eu vou, quando não tem ninguém.
Quando tem alguém você não vai?	Não. O povinho ali é muito cheio de não-me-toque.
O que eles dizem?	Ah...que tem que tem que deixar os outros usarem a pista também, mas nunca tem ninguém lá.
E além do skate o que mais você faz na unidade?	Jogo bola com os bichos.
E o que você acha que o Portal poderia ter que iria lhe ajudar a ter uma vida melhor?	Sei lá...acho que devia ter sala de aula como nas escolas e ter merenda, um lugar para o piá ficar se ele não puder estar na casa dele...e ensinar a fazer alguma coisa para ganhar dinheiro.
E o que você acha que o Portal poderia ter que iria lhe ajudar a ter uma vida melhor?	Sei lá...acho que devia ter sala de aula como nas escolas e ter merenda, um lugar para o piá ficar se ele não puder estar na casa dele...e ensinar a fazer alguma coisa para ganhar dinheiro.

Quadro 02 - Entrevista Com Mário

FONTE: BARBOSA, p. 120, 2017.

Nas falas de Mário fica evidenciada a importância atribuída por ele ao trabalho, que na sua opinião, não é mais importante sequer que o skate que é o seu esporte favorito. Relata ainda que deixou de estudar para trabalhar com o seu padrasto, e que o mesmo furtou-lhe os documentos. Razão pela qual não consegue emprego.

Entrevistadora	Entrevistado
Sua família recebe bolsa-família?	Nós não recebemos nada de graça aqui, não, senhora. De graça aqui só tiro.
Você estudou até que série?	Até a 5ª, daí meu padrasto me tirou para vender as balas...ele catou meu documento por que diz que os mega não deixa vender bala se não tiver os documentos da pessoa...maior caô, ele queria era dar a elza.

Ele não devolveu os documentos e por isso você não consegue se matricular na escola, nem participar de atividades no Portal, é isso?	É, sim senhora.
Você gostaria de voltar a estudar? Se pudesse fazer uma faculdade o que faria?	Eu queria estudar...sei lá podia ser professor... ter uma escolinha de futebol.
Você gostaria de ser professor de educação física e dar aulas de futebol, é isso?	É...é sim, senhora.
E o skate?	Skate para brincar, mas não dá nada né senhora, num é igual a um trabalho.
Você tem irmãos? Quantas pessoas moram na sua casa?	Em casa...eu, minha mãe...3 irmãos.
Alguém trabalha?	Minha mãe só...eu estou procurando serviço, ninguém que sem documento.
Algum dos seus irmãos é menor de 12 anos?	Sim, senhora...os 2 menores.
Você ajuda a sua mãe?	Sim, senhora, eu que cuido dos piás para ela ir fazer faxina... melhor a tia sair porque estão vindo uns caras ali...

Quadro 03 - Entrevista com Mário (Portal Do Futuro Cajurú)

FONTE: BARBOSA, p. 120, 2017.

Jailson não demonstra interesse pela formação escolar, apesar de ter estudado até o primeiro ano do Ensino Médio. No entanto, organiza sua vida e suas expectativas de futuro em torno do trabalho religioso, onde faz uso das habilidades aprendidas na escola.

Entrevistadora	Entrevistado Beto
Você gostaria de estudar? Se pudesse fazer uma faculdade, o que faria?	Quero estudar nada não.
E trabalho o que te interessa?	Quero ser pastor.
Legal, você gosta de ler então?	Gosto de ler a palavra.
E o que é preciso para se tornar um Pastor?	Ah...tem que conhecer a palavra e pregar para as pessoas.
E você se sustentaria como?	Ah...a igreja paga.
Você estudou até que série Jailson?	Até o primeiro do segundo grau.
E para ser um Pastor é suficiente?	Sim, senhora, a sabedoria quem dá é Deus.

Quadro 04 - Entrevista com Jailson (Portal Do Futuro Cajurú)

FONTE: BARBOSA, p. 122, 2017.

Beto demonstra indignação quando a entrevistadora comunica a ele que há pessoas que dizem que os jovens que não estudam, nem trabalham são vadios. Em que pese ele próprio refira situações em que sofreu preconceito em razão do estigma imposto por esse tipo de visão sobre a juventude.

Entrevistadora	Entrevistado Beto
----------------	-------------------

Beto, você já ouviu falar dos “nem-nem”?	Já sim, senhora...era de uma novela que tinha um concurso para moleques da perifa, né?
Algumas pessoas dizem que esses jovens que não estudam e não trabalham são vadios, não querem nada com a dureza...o que você acha disso?	Olha...acho que estão erradas...nós vamos trabalhar onde? Ninguém dá trabalho para nós. É só dizer que mora na comunidade que pronto... já era “mano...neguinho só dá trabalho para os pleba, saca?... A gente vai estudar, não tem nem professor, sempre falta, está em greve... sei lá...
Se você pudesse escolher um trabalho, qualquer um, no que trabalharia?	Eu queria sê motorista de caminhão.
O é preciso para ser um motorista?	Precisa saber dirigir caminhão né...gostar da estrada...não ter medo, saber carregar.
Você acredita que o Portal do Futuro poderia lhe ajudar de alguma forma a conseguir isso?	Ah...sei lá... só se eles ensinassem a dirigir né.
Você acredita que aulas de direção no do Portal do Futuro, ajudaria?	Ah...sim, senhora...aí formou né senhora...aí é nós...só que para isso eles iriam ter que ter segurança de verdade, para neguinho não roubar os carros, né.
Você acha que alguém da comunidade roubaria um veículo utilizado para a própria comunidade?	Não, da comunidade, eu sei que não... ninguém nem é doido...mas os de fora...
Você estudou até que série, Beto?	Eu estudei até a oitava série.
Servente...você trabalha como servente de pedreiro, é isso?	É sim, senhora
E seus pais, fazem o que?	Meu pai é pedreiro e minha mãe é empregada doméstica.
Sua família recebe alguma ajuda do governo?	Recebe a bolsa para deixa os meninos na escola
Bolsa-família?	É, sim.
E o fato de você estar fora da escola não prejudica?	Não senhora, a mulher lá falou que o negócio é os menores estudarem, eu já fiz 18...quando a mãe começou a receber eu já estava de maior.
E você conhece outros jovens daqui da comunidade que tenha deixado de estudar por medo de violência na escola?	Vixi! Um monte.
E o fato de você estar fora da escola não prejudica?	Não senhora, a mulher lá falou que o negócio é os menores estudarem, eu já fiz 18...quando a mãe começou a receber eu já estava de maior.
E você conhece outros jovens daqui da comunidade que tenha deixado de estudar por medo de violência na escola?	Vixi! Um monte.

Quadro 05 - Entrevista com Beto (Portal Do Futuro Cajurú)

FONTE: BARBOSA, pp.122 e 123, 2017.

Em que pese a centralidade do trabalho para esses jovens pareça evidente e inquestionável um longo debate há ainda na academia em torno do tema, com posicionamentos que vão desde a sua flexibilização até a previsão do seu fim.

O debate sobre a centralidade do trabalho se dá em duas vertentes: a negação da centralidade do trabalho e a sua reafirmação. Na primeira se encontram argumentos como o da implosão da categoria do trabalho e da perda de significado do trabalho como organizador da identidade coletiva e associativa dos indivíduos (OFFE,1986); o

fim da classe trabalhadora e da sociedade industrial com o surgimento da sociedade de tempo livre (GORZ, 1982); papel do trabalho relativizado ante a uma sociedade centrada na informação e no conhecimento (HABERMAS, 1987). Na segunda corrente: ANTUNES, (1999) diferencia classe operária de classe trabalhadora ou classe que vive do trabalho; MÉSZÁROS, (1996) afirma que o trabalho como produtor e consumidor desempenha o papel principal atualmente; LESSA (2007) afirma que o conceito de trabalho não se resume ao trabalho abstrato que este seria apenas uma das formas de trabalho e ainda que não se pode confundir a perda de poder político da classe trabalhadora com a perda da centralidade do trabalho.

Bridi (2009) aponta a importância desse debate para a própria existência dos estudos sociológicos do trabalho, pois ele sinaliza uma crise do objeto:

Ao lado de uma crise real para os trabalhadores, expressa pelo desemprego e pela precarização do trabalho, a Sociologia do Trabalho, por exemplo, mergulhou numa crise, já que o seu objeto primeiro - o trabalho - foi tido como em vias de desaparecer. Desse modo, no momento atual, a crise da Sociologia se deve de fato de que suas principais teorias clássicas que serviam para explicar o trabalho e outras dimensões da vida social foram colocadas em xeque e até descartadas sem que novas teorias conseguissem alçar centralidade para explicar a contento a realidade em transição. O que é mais grave nessa crise é que as estruturas sociais foram ocultadas no subterrâneo, como se estivéssemos vivendo, de fato, sob outro modo de produção que não o capitalismo (um pós-capitalismo): contribuiu-se assim, para recrudescer a opacidade do real. É preciso lembrar que o conhecimento da realidade, e a consciência daí decorrente, sempre foram armas importantes para a sustentação das lutas dos trabalhadores, ao longo da história (BRIDI, 2009, p. 20).

Ao analisar a estrutura do mercado e a intensificação do trabalho pode-se afirmar que a crise da centralidade do trabalho é mais conceitual que fática, pois apesar das profundas mudanças nas formas de trabalho e de sua representação (trabalhador ou trabalhador empresa), o trabalho se mostra mais forte que nunca.

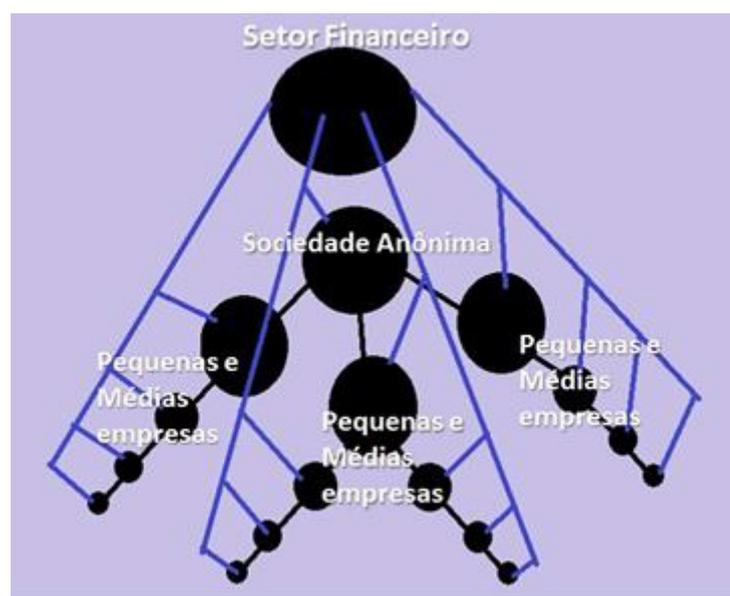


Gráfico Ilustrativo da Atual Estrutura Global Capital e Trabalho

FONTE: A Autora, 2017. Quadro desenvolvido a partir dos dados de produtividade e empregos no mundo produzidos por *The Groningen Growth and Development Centre 10 Sector Database* (release June 2014).

Ainda que o capital esteja concentrado no setor financeiro e nas sociedades anônimas, o grande mercado gerador dessa riqueza é composto pelas denominadas pequenas e médias empresas que não atendem a critérios mínimos para serem classificadas como capitalistas em seu modo de acumulação - considerada como capitalista aquela empresa que é proprietária dos meios de produção e os utiliza para obtenção de lucro. Estas estão na posse dos meios de produção, mas estes não são de sua propriedade, e sim de uma instituição financeira a quem transfere os lucros da atividade. O meio mais utilizado para isso é o contrato de leasing, aluguel com opção de compra no final do contrato - para a viabilização do meio de produção representado por capital imobilizado (máquinas, imóveis, ferramentas, mobília, automóveis etc.) - e os contratos de empréstimos rotativos, para fins de capital de giro/operacional. Em grande parte dos contratos de leasing a opção de compra não é executada, em razão da obsolescência dos bens que os tornam descartáveis e/ou obsoletos em curto espaço de tempo e isso leva a um novo contrato de aluguel. Em relação aos empréstimos, tornam-se uma armadilha que leva o “empresário” a fazer um empréstimo para pagar o outro, com juros cada vez mais extorsivos.

Diante dessa realidade, todo o lucro auferido na atividade é transferido para as instituições financeiras. Outro ponto comum nessas empresas é a presença do “proprietário” exercendo função dentro da empresa, ele vive do seu trabalho e não da sua empresa, como ele próprio pode imaginar. Quando passa a computar o seu salário no custo operacional da empresa percebe que não tem lucro, e em muitos casos tem prejuízo.

Entendido que as pequenas e médias empresas são concentradoras de trabalho e não de capital, que no Brasil (por exemplo) são responsáveis por $\frac{3}{4}$ da economia, as teses que defendem o fim da centralidade do trabalho perdem sustentação. Pode-se falar em uma maior exploração do trabalho pelo capital, numa relação empresa x empresa - dissimulação da representação do trabalho travestida de empresa - mas não na perda de centralidade ou fim do trabalho, ou em sociedade de tempo livre, do conhecimento ou da informação. Ao contrário, o que temos é uma sociedade do trabalho, não foi o trabalhador que se transformou em empresário, foram os empresários que foram submetidos à condição de trabalhador, com o agravante de ter assumido o risco da atividade. Ainda que esses “empresários” não se percebam como trabalhadores e sim como empreendedores, os fatos falam por si. Um empresário que não é proprietário dos meios de produção, seu lucro não é superior ao salário de um executivo na função que ele (dono) desempenha na empresa, não pode ser tomado como empresário. E sim como um trabalhador, sem garantias de direitos trabalhistas, que assume o risco do negócio ao empreender e criar seu próprio emprego e os empregos de mais 4 ou 5 funcionários. Ricardo Antunes (2009) é muito feliz em nomear a classe trabalhadora como sendo “a classe que vive do trabalho”, logo esses empresários que transferem lucro para as instituições financeiras, se subordinam às regras das grandes empresas controladoras da atividade e precisam trabalhar na empresa para viver, não são senão

trabalhadores. A dispersão e fragmentação operacional da produção não diminuiu o trabalho, ao contrário, o intensificou.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho: ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. Campinas: Cortez, 1999.

_____. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2º ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BARBOSA, Roseli B. **“Nem-nem” uma sub-categoria de juventude ou uma ficção?** Curitiba: UFPR, 2017.

BRIDI, M. A. **Trabalhadores dos anos 2000: o sentido da ação coletiva na fábrica de nova geração**. São Paulo: LTr, 2009. pp. 19 e 20.

GGDC Research Memorandum 149. Patterns of Structural Change Developing Countries, 2014. Sítio: <http://www.ggdc.net/publications/memorandum/gd149.pdf> acessado em: 20 abr. 2017.

GORZ, André. **Adeus ao proletariado**. Rio de Janeiro: Forense, 1982.

LESSA, Sérgio. **Centralidade do trabalho: qual centralidade?** Florianópolis: UFSC, 1997. Sítio: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacf/article/view/23513/21179> acessado em: 10 mai. 2017.

MÉSZÁROS, Istvan. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, Boitempo Editora UNICAMP, 2002.

OFFE, Clauss. **Trabalho como categoria sociológica fundamental?** In: OFFE, Clauss. **Trabalho e sociedade**. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989, p. 5-20.

SOBRE O ORGANIZADOR

GUSTAVO BISCAIA DE LACERDA é Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, 2010), Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2004) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFPR (2001); entre 2012 e 2013 realizou estágio pós-doutoral em Teoria Política na UFSC. Desde 2004 é Sociólogo da UFPR. Suas principais áreas de atuação consistem em teoria política republicana; história das idéias; história política brasileira; pensamento político brasileiro; positivismo; políticas públicas e gestão universitária. Acesso ao currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7429958414421167>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Autonomia financeira 1

C

Cargos de liderança 200

Cidadania 30, 41, 70, 124, 165, 231, 232, 253, 259, 260, 348, 380, 397, 411, 416, 418, 430

Condicionamento 1

Consumo 287, 299

Criança e adolescente 375

D

Demandas Sociais 380, 404

Democracia 29, 123, 261, 322, 328, 334, 352, 392, 418

Desenvolvimento Socioeconômico 126

Direitos Humanos 6, 31, 43, 50, 51, 55, 65, 66, 70, 71, 75, 76, 77, 78, 79, 177, 229, 230, 231, 254, 257, 260, 261, 264, 300, 305, 315, 320, 329, 374, 379, 416

Drogas 300, 302, 303, 305, 307, 309

E

Educação 25, 26, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 79, 80, 81, 125, 138, 177, 180, 181, 185, 186, 189, 199, 218, 219, 220, 227, 228, 229, 231, 232, 253, 254, 255, 257, 258, 259, 260, 269, 281, 311, 314, 316, 317, 320, 379, 416

F

Federalismo 1, 3, 5, 12

G

Gênero 190, 218, 219, 220, 222, 230, 231, 379

H

Humanização 311, 349, 350

I

Identidade 182, 220, 230, 231

Integridade Física e Psíquica 232, 234, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280,

281, 282, 283, 284, 285

L

legitimidade 10, 21, 32, 302, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 362, 364

M

Meio ambiente 335

Mercado de trabalho 190, 205

Mulheres 41, 76, 199, 200, 203, 206, 211, 218, 232, 253, 255, 259, 260, 369, 379

P

Pobreza 126, 136, 137, 153

Política Pública Protetiva 253, 254, 255, 256, 257, 259, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285

Política Social 13, 124

Proteção Animal 232

R

Responsabilidade Socioambiental 335, 341, 342

S

SUS 9, 309, 310, 349, 350, 351, 352

Sustentabilidade 335, 347, 348

V

Violência Humana 232

Violência sexual 365

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-528-0

